



A GUERRA CIVIL SÍRIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O CONFLITO ARMADO E O DOMÍNIO TERRITÓRIAL¹

Gleydson Gonzaga de Lucena²
Glória Maria Vargas Lopez de Mesa³

RESUMO

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011 em meio à chamada “Primavera Árabe”, vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI e tem um caráter cada vez mais global. O objetivo deste artigo é analisar a evolução do domínio territorial na Síria e suas conseqüências na evolução da Guerra Civil antes e durante o conflito. Para isso, a primeira parte do trabalho buscou compreender como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação sírio e a segunda analisou as ações dos diversos atores nas escalas nacional, regional (supranacional) e global envolvidos no conflito, que contribuíram para o quadro atual e suas ações em termos de domínio territorial. Concluiu-se que a falta de um domínio absoluto do território nacional por parte do Estado sírio, favoreceu a eclosão da guerra civil, assim como a perda gradativa de sua legitimidade interna e externa, à medida que se tornou refém geopolítico de seus aliados (Irã e Rússia) e alvo fácil de seus inimigos regionais (principalmente Israel e Turquia).

Palavras-chave: Síria, Guerra civil síria, território, domínio territorial.

ABSTRACT

The civil war in Syria, which started in 2011 in the midst of the so-called “Arab Spring”, has been one of the most serious international crises in the 21st century and has an increasingly global character. The aim of this article is to analyze the evolution of territorial domination in Syria and its consequences on the development of the Civil War before and during the conflict. For this, in the first part we sought to understand how the territorial and sovereign construction of the Syrian nation-state took place and in the second part we analyzed the actions of the various actors at the national, regional (supranational) and global scales involved in the conflict, which contributed to the current situation and their actions in terms of territorial domination. We conclude that the lack of absolute control of the national territory by the Syrian State, favored the outbreak of civil war, as well as the gradual loss of its internal and external legitimacy, as it became a geopolitical hostage of its allies (Iran and Russia) and an easy target of its regional enemies (mainly Israel and Turkey).

Key words: Syria, civil war in Syria, territory, territorial domination.

Introdução

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011 em meio a chamada “Primavera Árabe”, vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI e tem um caráter

¹O presente artigo é resultado de uma pesquisa em andamento em nível de doutorado e que, por sua vez, constitui um desdobramento da uma dissertação de mestrado, também sobre a guerra civil da Síria (GLEYDSON, 2017).

²Doutorando do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB) - DF, gleydson_lucena@hotmail.com.

³Prof^{Dr} do Curso de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) - DF, yoya@unb.br.



cada vez mais global, pois envolve direta ou indiretamente muitos países. Ela nos dá a oportunidade de estudar um tema de grande importância geopolítica atual e também de aprofundar questões teóricas dentro da Geografia Política que necessitam de um estudo mais cuidadoso, haja vista que outras áreas do conhecimento já a estudam: a relação entre a gestão do poder sobre o território durante um conflito armado. Entre 1964 e 2002 “25 conflitos armados ocorreram em 17 locais (...). Destes, três quartos centrados no controle dos combatentes sobre um território específico.” (Toft, 2014, p. 185).

Como advogam os professores Rosenboim (2019) e Newman (2006), faz-se necessário resgatar o valor do espaço enquanto categoria de análise fundamental dos fenômenos geopolíticos internacionais. A Geografia pode dar uma contribuição maior ao campo da geopolítica e das Relações Internacionais ao aprofundar o debate teórico contemporâneo sobre a relação entre poder e território, tendo a guerra civil síria como tema de análise e agregando à sua base teórica as contribuições de pesquisadores de outras áreas como Raymond Hinnebusch (2018), Therese Anders (2019), Megan Stewart e Yu-Ming Liou (2016).

Assim, o objetivo geral é analisar a o processo do domínio territorial na Síria e suas conseqüências na evolução da Guerra Civil antes e durante o conflito. E os específicos são: compreender como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação sírio e analisar as ações dos diversos atores nas escalas nacional, regional (supranacional) e global envolvidos no conflito, que contribuíram para o quadro atual e suas ações em termos de domínio territorial.

Parte-se da hipótese inicial de que a falta de um domínio absoluto do território nacional por parte do Estado sírio, favoreceu a eclosão da guerra civil, assim como a perda gradativa de sua legitimidade interna e externa, à medida que se tornou refém geopolítico de seus aliados (Irã e Rússia) e alvo fácil de seus inimigos regionais (principalmente Israel e Turquia).

A evolução histórico-territorial da Síria

O entendimento da guerra civil na Síria, assim como qualquer outro tema geopolítico atual, exige uma compreensão do processo histórico que o determinou. Seguindo o método geohistórico (ALBUQUERQUE, 2011), o presente trabalho buscou investigar os fatores que



influenciaram a formação do referido território e suas implicações em termos de domínio territorial.

A construção da territorialidade mulçumana e o império otomano

A religião islâmica surgiu no século VI d.C., e iria determinar os destinos dos povos em que se implantou até os dias atuais em praticamente todos os sentidos: religioso, cultural, político e, conseqüentemente, também em termos territoriais. Neste contexto, desenvolveu-se a chamada territorialidade islâmica, ou a forma de expansão e controle do território por parte dessa civilização. Segundo o geógrafo Philippe Pinchemel (1988), os valores territoriais determinam as características do território dos grupos étnicos. Assim, ele esclarece as características da territorialidade islâmica:

Ela repousa sobre o princípio da terra do Islam (*dar al Islam*), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (*dar al Ilarb*), terra dos infiéis. **As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor inconcebíveis. Os limites internos foram introduzidos a seguir mas eles não têm os valores separatistas das fronteiras do pensamento ocidental, e a territorialidade do Estado, no caso, é idealmente subordinada ao fato religioso.** As associações sucessivas de Estados Islâmicos projetadas, propostas ou realizadas durante períodos de duração variável, testemunham isso. Além do fator religioso essencial, se atribui os caracteres originais da territorialidade islâmica à associação ao deserto, ao nomadismo e a uma urbanização sem contrapartida agrícola, sem assentamento rural extensivo (PINCHEMEL, 1988, p.407, grifo nosso).

No século XVI, os otomanos reunificam sob sua liderança o mundo mulçumano sunita, com exceção da Pérsia (xiita). Na administração desse vasto império, os otomanos adotaram o que o historiador Massoulié (1994) denominou de “solução otomana”. Nessa lógica de poder, as fronteiras não eram demarcadas rigidamente entre os diversos povos que habitavam o Oriente Médio, seguindo as premissas da territorialidade islâmica. Assim como na antiguidade, as dinâmicas locais – como o sistema tribal, por exemplo - não sofriam uma interferência direta do governo central de Istambul.

Os sultões mulçumanos concediam vantagens aos governos europeus para implantarem pontos de comércio no interior dos limites imperiais, além de poderem proteger as comunidades cristãs (constituídas principalmente de europeus) no Oriente. Essa política, que ficou conhecida como “as Capitulações”, contribuiu para o próprio declínio do império otomano, e no século XVIII a maioria das regiões mais remotas do império, como o norte da África e partes do Oriente Médio, já não estavam de maneira efetiva no controle do governo turco (HOBSBAWM, 1988).



Dessa forma, os europeus começaram a impor o conceito de fronteiras rígidas no Oriente Médio. No início do século XX, a “solução otomana” entra em colapso com a derrota dos otomanos na I Guerra Mundial. Começa-se, então, o processo de implantação do modelo de Estado-nação ao estilo europeu, ou seja, vestifaliano⁴ (HINNEBUSCH, 2018). O Oriente Médio seria integrado mais profundamente à Sociedade internacional europeia (WATSON, 2004).

O período de domínio europeu: implantação do modelo territorial vestifaliano

O governo britânico tinha negociado, durante o decorrer da I Guerra Mundial, com o líder Hussein, importante autoridade árabe e tido como descendente de Maomé, o apoio dos árabes contra os exércitos otomano e alemão, em troca do apoio inglês a criação de um futuro “Estado Árabe” independente, que incluiria a Arábia, a Síria, parte do Iraque e possivelmente a Palestina (CLEVELAND e BUNTON, 2009). O governo dessas províncias ficaria a cargo do próprio Hussein e de seus filhos. Entre esses, estava Amir Faisal, que seria o governante da Síria, território onde ele ajudou na luta contra os otomanos e que tinha o apoio das lideranças locais. Entretanto, Inglaterra e França negociaram um tratado secreto, finalizado em maio de 1916 e conhecido como o “Acordo Sykes-Picot” (ver mapa 7). Ele determinava que:

Reconhecia as reivindicações francesas de longa data para a Síria, atribuindo a França uma grande zona de “controle direto” que se estende ao longo da costa síria do sul do Líbano até a Anatólia. Além disso, a França recebeu uma esfera de influência indireta exclusiva no interior da Síria. (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p.163, tradução nossa).

Ao final da guerra, Amir Faisal estava formando um governo árabe em Damasco. As lideranças locais se organizaram e formaram o Congresso Geral Sírio e elaboraram um plano de independência e a formação de um governo monárquico constitucional, tendo Faisal como rei. A ideia da criação de uma “Grande Síria” se baseava na crença de que ela seria a sucessora da antiga Assíria (MASSOULIÉ, 1994). Nesse intuito, o Congresso Geral Sírio, reunido em 1919 redigiu uma resolução que descrevia a delimitação geográfica que corresponderia aos atuais territórios da Síria, sudoeste da Turquia, Líbano, Palestina, Israel e Jordânia (ver mapa 1).

Mas, segundo Cleveland e Bunton (2009), a França não aceitou a independência total da Síria e interveio militarmente, ocupando Damasco. Em 1919, a Liga das Nações determinou

⁴A Paz de Vestfália, em 1648, consolidou a tendência na Europa de territorialização da política. A Ordem Vestifaliana estabeleceu a autonomia política aos Estados dentro de um território definido (CASTRO, 2005).



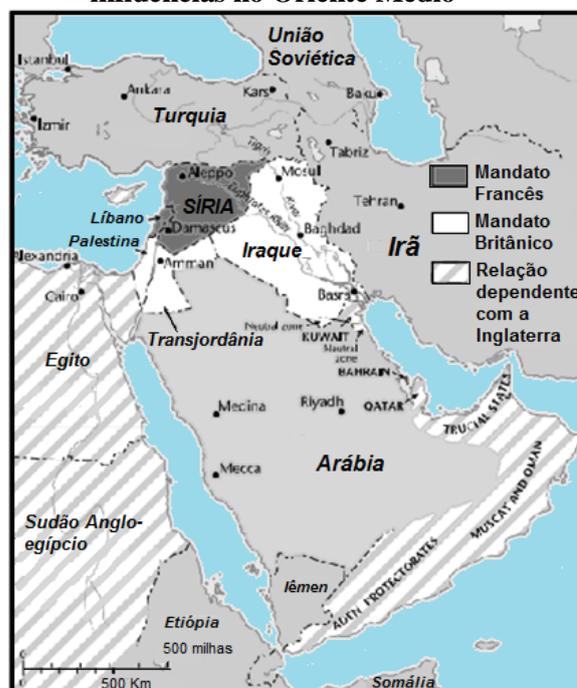
a divisão das ex-províncias otomanas em novos Estados e os concedeu à Grã-Bretanha e à França como seus “mandatos” (mapa 2).

Mapa 1 – A Grande Síria: delimitação do território reivindicado em 1919.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no documento “Resoluções do Congresso Geral Sírio” de 1919(MASSOULIÉ, 1994).

Mapa 2 – Os mandatos e as zonas de influências no Oriente Médio



Fonte: CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 168 (com adaptações).

Em 1924, a França introduziu um novo arranjo político juntando os estados de Damasco e Aleppo em uma única unidade territorial chamada “Estado da Síria”. Além de Damasco e Aleppo, o Estado reconstituído da Síria compreendeu as cidades de Homs e Hama, dois grandes centros urbanos. Com efeito, a França isolou os drusos e os alauítas da vida política e garantiu que o poder político seria dominado por uma elite conservadora de sunitas urbanos. A instabilidade política destrutiva que veio caracterizar a Síria após a independência, em 1946, deve ser entendida, em grande parte, pela fragmentação praticada pelas autoridades francesas (CLEVELAND e BUNTON, 2009).

Em síntese, o período entre guerras se caracterizou pela política francesa do “dividir para reinar”, implantando instituições político-territoriais estranhas à região. A ordem otomana de administração indireta e de não interferências sectárias fora destruída com a separação forçada das diversas comunidades por meio da implantação de fronteiras rígidas, gerando a fragmentação espacial e a instabilidade política e social. Nesse quadro que se processou a independência e o início da vida soberana síria.



Período independente: a tentativa de construção de um Estado nacional segundo o modelo vestifaliano

Após a II Guerra Mundial, a França reconheceu a independência total da Síria. Contudo, a “solução francesa” não produziu na Síria as condições ideais para a constituição de um Estado-nação social e politicamente estável. Dessa forma, a história da Síria independente é marcada pela instabilidade política, social e também territorial. Tal situação produziu os fatores que desencadearam a atual guerra civil, resultando, segundo Hinnebusch (2018), no colapso do modelo de Estado vestifaliano.

Adicionalmente, surge a questão da criação do Estado de Israel. O primeiro governo da Síria independente tinha sido eleito e logo teve que enfrentar a crise causada pela criação do Estado de Israel e a primeira guerra árabe-israelense em 1947-48. A derrota para Israel abalou o regime parlamentar democrático, abrindo caminho para o primeiro de vários golpes de Estado (LEWIS, 1996). Em 1967, Israel ocupa o território sírio denominado “Colinas de Golã”, e o sonho da Grande Síria torna-se mais distante.

O partido Baath se desenvolveu no contexto da Guerra Fria sob inspiração do socialismo soviético combinado com o nacionalismo árabe. Ao longo da década de 1960 a tendência autoritária e militarista prevaleceu, alimentada pelos confrontos com Israel e pela busca do ideal da Grande Síria, culminando com a ascensão do general alauíta Hafez al-Assad ao poder em 1970. Assad estruturou um regime autoritário baseado no favorecimento de sua comunidade de origem e principalmente de sua família. Além disso, duas outras características do regime aumentaram a oposição da maioria sunita: a aproximação no exterior com os segmentos xiitas como o grupo paramilitar libanês Hezbollah e o regime teocrático xiita iraniano. Formaram-se grupos contrários ao governo, entre eles a Irmandade Muçumana (CLEVELAND e BUNTON, 2009).

Em 2000, com a morte do presidente Hafez al-Assad, o seu filho, Bashar al-Assad, assumiu a presidência do país e manteve as linhas gerais de seu pai, inclusive o estado de emergência que dava ao governo o direito de reprimir qualquer oposição ao regime. A eclosão de uma série de protestos por democracia, ocorridos no Oriente Médio e Norte da África a partir de 2010, conhecidos pela expressão “Primavera Árabe”, que questionava e ajudou na queda de alguns regimes autoritários do mundo árabe, serviram de inspiração para que ativistas desafiassem o regime autoritário de Al-Assad, assim como já o tinham feito no



passado (FURTADO, 2014). O movimento contestador acabou evoluindo para a guerra civil.

Contudo, a questão do autoritarismo explica apenas uma parte da guerra civil. Como já apontado anteriormente, a Síria é um país criado a partir dos interesses coloniais britânicos e franceses, que praticavam a política do “dividir para reinar”, instigando as rivalidades entre os diversos grupos étnicos e religiosos existentes na região, tentando implantar as bases do modelo de Vestfália (HINNEBUSCH, 2018).

Portanto, ao analisar a evolução histórica da Síria, e de outros países como o Iraque e a Líbia, percebe-se que a territorialidade árabe, desenvolvida ao longo de séculos, fora interrompida com o colapso do Império Otomano e a implantação da lógica territorial de matriz europeia (ou vestfaliana), que paulatinamente remodelou o espaço geográfico do Oriente Médio, implantando o domínio territorial sem levar em conta as peculiaridades históricas e locais. A geógrafa Glória Maria Vargas Lopez de Mesa (2017) já alertara sobre a importância de estudar o território levando-se em consideração o processo histórico que o criou. A ação europeia na Síria, principalmente a francesa, resultou numa quase completa fragmentação do espaço, para usar o termo de Andrade (1988). Ou seja, pode-se entender, então, porque o atual quadro geopolítico sírio é tão complexo.

A questão síria nos contextos geopolítico global, regional e nacional

Segundo o economista Howard J. Shatz (2019) a guerra civil síria havia acabado no final de março de 2019 quando, após uma operação de quatro anos apoiada pelos EUA, as forças da coalizão finalmente expulsaram o grupo militante do Estado Islâmico (ISIS) de seu último domínio territorial na Síria. No entanto, a guerra civil síria ainda persiste com sérias consequências geopolíticas. Nesse contexto, devemos analisar esse conflito nos contextos geopolíticos mundial, supranacional (Oriente Médio), e nacional da Síria, em especial os interesses e a atuação dos principais atores (estatais e não-estatais) envolvidos nesse conflito e seus reflexos em termos de domínio territorial.

A questão síria no contexto geopolítico global

Presume-se nesta pesquisa que o conflito sírio deve ser entendido, além das questões específicas regionais e nacionais, no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa de poder entre as grandes potências mundiais no Oriente e no Ocidente. Nesse sentido, destacam-se como protagonistas globais na Síria: de um lado, a Rússia e China



(pró-regime do presidente Assad), embora ressaltando as diferenças e interesses entre os dois, e de outro lado, os Estados Unidos e a União Europeia (pró-oposição ao regime de Assad).

Cruz (2011) lembra que nas questões do Oriente Médio e, particularmente no conflito sírio, o Ocidente parece agir de maneira mais ou menos unida. No plano econômico, a região é vital para o fornecimento de petróleo e gás natural e, do ponto de vista estratégico, constitui um foco de irradiação do terrorismo fundamentalista islâmico internacional (MONIZ BANDEIRA, 2013). Em particular, os países europeus se preocupam, além das questões econômicas, com o fluxo cada vez maior de refugiados em direção à Europa, tendo em vista a relativa proximidade geográfica entre o Oriente Médio e o continente europeu. Daí que se entende o envolvimento das potências ocidentais na guerra civil síria, seja diretamente por meio de bombardeios aéreos ou de maneira indireta, via financiamento dos grupos oposicionistas locais, como os curdos.

Mas no caso dos Estados Unidos, por seu peso único do ponto de vista estratégico-militar no espaço mundial, tem seus interesses próprios. No Oriente Médio, a presença militar americana tem o objetivo de defender as fontes de petróleo, garantir a segurança de Israel (seu principal aliado na região), e combater as ameaças à sua hegemonia estratégica na região, representadas por países islâmicos governados por xiitas (Irã e Síria), grupos muçumanos radicais e pelas potências maiores atuantes na região, especialmente Rússia e China (MONIZ BANDEIRA, 2013).

De acordo com Moniz Bandeira (2013), em 2003, o congresso norte-americano aprovou uma lei denominada “Syria Accountability Act”, ou “Lei de Restauração da Soberania Libanesa e da Responsabilidade da Síria”, que objetiva deter o apoio sírio ao terrorismo, pôr fim à sua ocupação do Líbano e parar seu desenvolvimento de armas de destruição em massa, e ao fazê-lo, manter a Síria responsável pelos sérios problemas de segurança internacional que causou no Oriente Médio (UNITED STATES, 2003, p. 1, tradução nossa). A iniciativa do ataque unilateral dos Estados Unidos à Síria a partir de sua marinha estacionada no mar Mediterrâneo, deve ser entendida neste contexto.

É mister ressaltar que o regime de Assad declaradamente antiamericano e pró-russo. Dessa maneira, o auxílio militar direto russo veio a ser necessário com a eclosão da atual guerra civil, e pode ser entendido, primeiro por força da aproximação histórica sírio-russa e depois no contexto estratégico de oposição do oriente eurasiático, mais precisamente a



Rússia, mas também a China, à visão geopolítica ocidental e, principalmente, contra a unipolaridade americana. É fato que os Estados Unidos tentam evitar a ascensão dessas potências na Ásia, seguindo uma doutrina teórica que remonta aos conceitos de *Heartland*, de Halford Mackinder e seu derivado *Rimland* (ROCHA & ALBUQUERQUE, 2014).

Sobre o tema, Saraiva (2006, p. 75) afirma que há uma “ascensão gradual de uma geografia política na qual a Eurásia toma assento decisivo na balança de poder global.”; para ele, a Rússia não abdicou do seu papel no plano internacional e defende também que “há um projeto de poder mundial chinês, de tipo estratégico, em curso. (...) [Assim,] os chineses já não escondem sua vontade de projeção geopolítica.” (SARAIVA, 2006, p. 76, acréscimo nosso).

Desde o fim da Guerra Fria foi se delineando uma pragmática parceria sino-russa, com vistas a contrabalancear o poder americano. São emblemáticas dessa aproximação, a assinatura do Tratado de Boa Vizinhança de Amizade e Cooperação pelos dois países em 2001 e a criação da Organização de Cooperação de Xangai, que depois incluiria outros países asiáticos. Segundo Mendes e Freire (2008, p. 216-217), nas entrelinhas dessa cooperação estaria “(...) a oposição aos Estados Unidos e a defesa de uma ordem internacional multipolar. Ou seja, (...) a cooperação é baseada na contenção de terceiros (o ocidente, em geral, e, os Estados Unidos, em particular).” Entre os assuntos convergentes e explícitos, estaria a defesa do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Tal postura fica evidente nas discussões sobre o tema da guerra civil síria no Conselho de Segurança da ONU. Os russos vetaram, com o apoio da China, todas as tentativas propostas pelos membros permanentes ocidentais (Estados Unidos, França e Inglaterra) de aprovação de resoluções para eventuais “intervenções humanitárias” na Síria e ou de condenação das autoridades sírias por prováveis violações dos direitos humanos no conflito. Russos e chineses não deixariam ser aplicada na Síria a mesma intervenção que a OTAN, autorizada por resoluções da ONU, realizou na Líbia, onde fortes interesses chineses foram prejudicados com a queda do ditador Muammar al-Gaddafi (VISENTINI, 2012).

Segundo Tomás (2014), uma eventual vitória da oposição não seria nada favorável geopoliticamente para Rússia e China. No caso da Rússia, haveria a possibilidade de perder a base de Tartus, na costa síria, o único porto que permite aos russos navegar em águas internacionais quando o gelo lhes congela as águas e os seus navios não conseguem sair; e



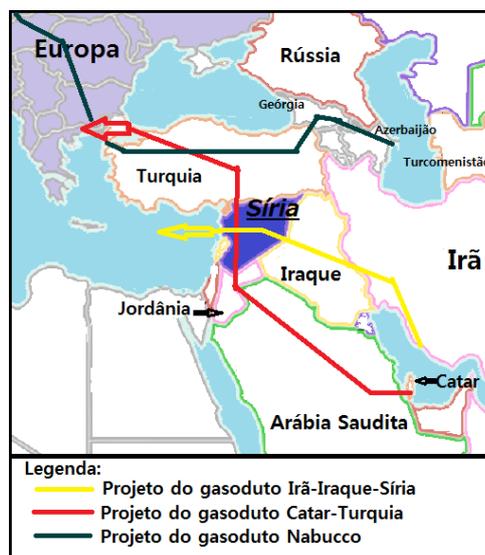
também a base aérea de Latakia, de onde os russos podem operar diversas manobras militares no Oriente Médio e no mar Mediterrâneo.

Além disso, no campo econômico, Síria e Rússia possuem vários acordos em diversos setores, como na utilização e ampliação de oleodutos e gasodutos, que poderiam passar às mãos de empresas ocidentais, no caso de uma mudança de governo. Por exemplo, há o projeto sírio-iraquiano-iraniano (apoiado pelos russos) de construção de um gasoduto para exportação de gás iraniano e russo para a Europa. Tal projeto poderia ser substituído por outro, idealizado pelas monarquias sunitas, de construção de um gasoduto que abasteceria a Europa a partir das reservas do Catar, através dos territórios da Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Israel (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016), conforme se observa no mapa 4.

A Rússia tem consciência que os americanos e europeus tencionam isolá-la do fornecimento de gás e petróleo para a Europa. Não apenas obstruindo a construção do gasoduto supracitado, mas também da viabilização de outro – denominado Nabucco - que ligaria o Mar Cáspio, e os países do Cáucaso e da Ásia Central, via território turco aos mercados europeus (ver mapa 4). Tal projeto entraria em uma estratégia maior de isolar a Rússia, o Irã e a China, evitando o surgimento de uma potência euroasiática e, ao mesmo tempo, tornando o Ocidente menos dependente de fontes de energia russa.

Dentro desta lógica, entende-se o empenho russo-chinês em fortalecer a cooperação no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai e de defender a permanência de Assad no governo e a integralidade territorial síria. Segundo Moniz Bandeira (2013, p. 412), o projeto do gasoduto Nabucco perdeu as chances de se concretizar devido às pressões russas, que fizeram Azerbaijão e Turcomenistão, recuarem da empreitada. A recente retirada norte-americana do Afeganistão foi acompanhada de contatos entre o regime do Talibã e os russos e chineses, também nesta linha de fortalecer o bloco eurasiático contra a influência ocidental.

Mapa 4 - Projetos de gasodutos em direção aos mercados europeus no contexto geopolítico do conflito sírio.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Moniz Bandeira (2013, p. 421).

Em 2011, o ministro sírio do Petróleo e Recursos Minerais anunciou a abertura de uma concorrência internacional para a exploração e produção de petróleo, oferecendo “três blocos (I, II e III), cada um com 3.000 km² em uma extensão total de 9.038 Km², localizados *offshore*, na zona econômica da Síria, no Mar Mediterrâneo” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 276-377). Tal oportunidade levantou o interesse de empresas ocidentais e orientais, o que só aumenta o peso geopolítico da Síria, cujo território é estratégico por tudo que já foi exposto.

A questão síria no contexto geopolítico supranacional do Oriente Médio

A guerra civil da Síria envolve praticamente todos os seus vizinhos do Oriente Médio. Tal como na escala mundial, no plano geopolítico regional, o referido conflito serve de confronto entre os tradicionais inimigos dentro do mundo árabe; os países com governos sunitas de um lado e aqueles sob o domínio do segmento xiita, do outro. Dessa forma, compreender o componente religioso, em especial a oposição xiismo-sunismo dentro do islamismo, é fundamental para se entender o conflito geopolítico no Oriente Médio e, em particular, na Síria, nessa escala.

Neste contexto, apesar da ampla predominância (em torno de 90%) dos sunitas entre os muçulmanos, os xiitas formam uma considerável comunidade que não se restringe ao Irã,



mas estão presentes em outros países de maioria islâmica. Em especial, eles são maioria, além do país persa, no Iraque e no Bahrein.

Assim, o regime sírio é apoiado na região principalmente pelo Irã (xiita, assim como os alauítas sírios que dominam o governo), além do suporte de grupos islâmicos xiitas como o Hezbollah do Líbano e a Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (NAPOLEONI, 2015). O Irã, como principal potência regional xiita, sempre visou influenciar os diversos grupos xiitas em outros países, como o Iraque e o Líbano, e tem no regime de Assad, pertencente à minoria alauíta xiita, um fiel aliado, mesmo que a maioria da população síria seja composta de muçulmanos sunitas. O apoio iraniano se traduz em envio de armas e de tropas. Cabe frisar que o Irã é membro observador da Organização de Cooperação de Xangai e estrategicamente procura se aproximar da Ásia Central, especialmente Rússia e China, como forma de dissuadir militarmente os Estados Unidos e Israel (MENDES e FREIRE, 2008).

No campo sunita, as monarquias apoiadas pelo Ocidente e que se opõem à hegemonia xiita do Irã na região (especialmente Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes), financiam os grupos sunitas internos de oposição, com armas e militantes. Estes países estão organizados em organismos regionais como a Liga Árabe, onde defendem a expulsão da Síria e, principalmente, no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), uma organização intergovernamental constituída em 1981. Ele “foi concebido como uma resposta ao dilema geopolítico vivenciado pelos países do Golfo Pérsico após a Revolução Iraniana.” (LOPES e OLIVEIRA, 2013, p. 70).

A Turquia constitui um caso aparte. Desprezados pela União Europeia e impulsionados pelo projeto de poder do presidente Erdogan, os turcos voltaram-se para o Oriente Médio com um discurso cada vez mais “islâmico” (VISENTINI, 2012). Sua principal razão para se envolver no conflito, além da clara intenção de disputar um espaço de liderança no mundo muçulmano, é a segurança em sua fronteira ao sul com a Síria, que é habitada em grande parte pelos curdos, que almejam a autonomia da região e constituem um problema geopolítico no interior da Turquia, assim como do Iraque. Como membro da OTAN, a Turquia foi um território estratégico para as potências ocidentais agirem na Síria. Segundo Moniz Bandeira (2013), foi a partir de bases na Turquia que o Ocidente fornecia armas e apoio logístico aos rebeldes sírios, sobretudo para aqueles que estão reunidos sob a liderança do Conselho Nacional Sírio.



No entanto, ao ajudar a oposição contra Assad, o governo turco favoreceu indiretamente a causa curda dentro da Síria. Segundo Cockburn (2015), desde que as forças do governo sírio retiraram-se dos cantões curdos na fronteira com a Turquia, em julho de 2012, Ancara teme o impacto do autogoverno dos curdos sírios e o fantasma da ideia de um Curdistão independente, já que no norte do Iraque os curdos, que até recentemente recebiam apoio direto dos americanos, também estão cada vez mais fortalecidos. Nesse contexto, a partir de 2017, os turcos acabaram por se aproximarem dos russos, objetivando manter a estabilidade em termos de controle territorial na região norte da Síria (FERREIRA, 2019).

Também constitui um caso específico a posição do Estado de Israel. À medida que o conflito foi aumentando, as estratégicas Colinas de Golã começaram a ficar ameaçadas e o governo de Israel movimentou tropas para essa região. A princípio, Assad é tido como inimigo de Israel. No entanto, muitos analistas afirmam que o regime de Assad é o “inimigo previsível”, como o então ministro de Defesa de Israel em 2012, major-general Aviv Kochavi, que afirmou que “com a erosão do regime de Assad, as colinas de Golã poderiam “tornar-se uma arena de atividades contra Israel, similar à situação do Sinai, como resultado do crescente movimento da *jihad* na Síria” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 429). E de fato, a partir de 2018, notou-se o acirramento do embate entre Israel e Irã, quando os israelenses começaram a bombardear alvos dentro do território sírio, onde havia uma clara concentração de tropas e equipamentos iranianos (LUCENA, 2017).

A questão síria no contexto nacional

Na dinâmica da guerra civil, os atores externos regionais e globais se articulam com os grupos internos sírios. Com um governo sem grande legitimidade, pois representa apenas uma pequena minoria da população, o conflito se desenvolveu por meio da ascensão de diversas facções que foram discriminadas política e economicamente por anos. Assim, faz-se necessário também a análise da organização e das ações desses atores não-estatais que lutam dentro do território nacional sírio. Eles podem ser responsáveis por uma provável fragmentação do território sírio.

Além do grupo Hezbollah e outros menores que apoiam o governo de Assad, há os grupos islâmicos de origem sunita que contam com o apoio de países de maioria sunita e que são pró-Occidente, como a Arábia Saudita, além dos curdos que habitam o norte do país. Em geral, tais grupos são apoiados pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. Este apoio se



deu inclusive antes do início da guerra civil, por meio de serviços secretos ocidentais como a CIA (MONIZ BANDEIRA, 2013). Tomás (2014) classificou a oposição síria em dois grupos principais: os grupos rebeldes (que incluem os de inspiração religiosa, étnica ou política) e os grupos jihadistas fundamentalistas islâmicos que se orientam, sobretudo, pela chamada “guerra santa” (ou jihad). No primeiro grupo destaca-se o Conselho Nacional Sírio (CNS). Ele é formado por diversos grupos de oposição a Bashar al-Assad, sendo que o mais importante é a Irmandade Muçulmana, perseguida e proibida na Síria durante a ditadura. Incluí também um dos partidos curdos, o Partido do Movimento Futuro e membros do Exército Livre da Síria. Organiza-se em uma Assembleia Geral, uma Direção Geral e uma Direção Executiva. Já teve vários líderes (mulçumanos, um curdo, um cristão, etc). “A ONU reconhece o CNS, bem como o seu governo de oposição no exílio, composto por doze ministros, sendo que o ministro da defesa é, obrigatoriamente, escolhido pelo Exército Livre da Síria.” (TOMÁS, 2014, p. 10).

Apesar de oficialmente os EUA não reconhecerem este governo, eles apoiam o CNS financeiramente, e no fornecimento de armas e outros equipamentos para os seus combatentes, com a ajuda da OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2013). Além desses grupos que são parte do CNS, têm-se outros independentes que fazem alianças ocasionais entre si, entre eles o grupo turco Partido da União Democrática (em curdo Partiya Yekîtiya Demokrat, PYD).

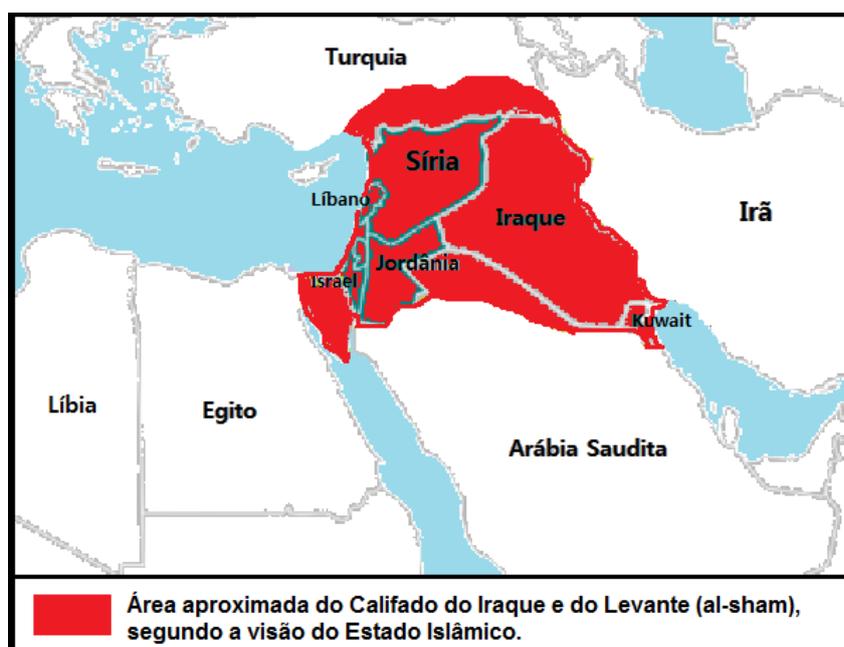
O PYD foi criado em 2003 por ativistas curdos, é o partido político que representa a causa curda síria, especialmente no norte do país. É composto por nacionalistas curdos e é ligado ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que é considerado um grupo terrorista pela Turquia. O PYD controla algumas cidades no norte da Síria, perto da fronteira com o Iraque, onde também há uma considerável comunidade curda e deseja **a autonomia e não a independência** do Curdistão sírio. Ele sempre foi considerado ilegal pelo regime de Bashar al-Assad, pois a constituição síria determina que os partidos políticos não podem ter natureza religiosa, tribal ou étnica (TOMÁS, 2014).

Por fim, tem-se os grupos jihadistas islâmicos sunitas, destacando-se a Frente Jabhat al-Nusra (filial da Al-Qaeda) e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI). O primeiro, segundo Tomás (2014, p. 12), foi “considerado um fenômeno nacional na Síria, porque dão comida e proteção à população que se queixa de ter sido abandonada pela comunidade internacional”. Tal atitude é relevante para a sobrevivência do grupo, pois o

fortalece perante a comunidade local, lhe dando a legitimidade necessária para controlar melhor território conquistado. Algo semelhante aconteceu também com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) no nordeste do Iraque a partir de 1991, após o estabelecimento da zona de exclusão aérea naquela região (STEWART e LIOU, 2016).

Já o EI constituiu um ator singular no conflito sírio. Os seus dois principais líderes defendiam não apenas a luta contra os infiéis, mas também reconstruir o antigo Califado (mapa 5), como existiu na maior parte da história islâmica (de 632 a 1924). Ou seja, eles vêm lutando para instituírem uma base territorial, onde poderiam implantar um governo perfeito aos olhos dos muçulmanos.

Mapa 5: Área aproximada do Califado do Iraque e do Levante (al-Sham), segundo a visão do Estado Islâmico (EI)



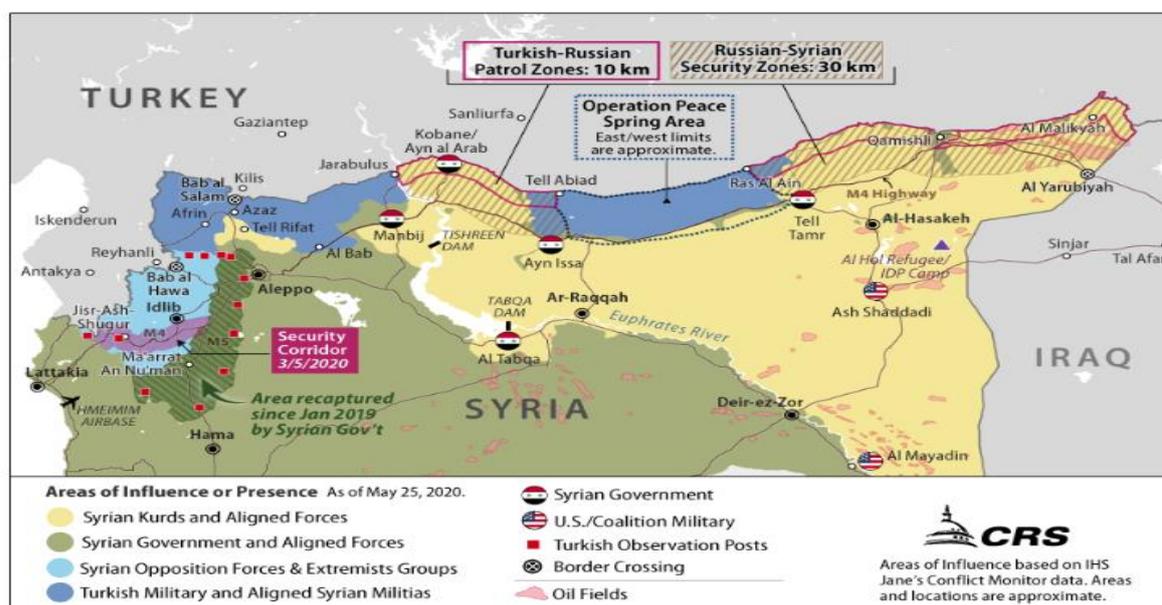
Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Napoleoni (2013) e Moniz Bandeira (2013).

Dessa forma, o EI obteve a admiração de grande parte do mundo muçumano que sonhava com o retorno dos tempos áureos do Islã. Como lembra Napoleoni (2013, p. 16), em seu primeiro discurso como “califa”, Al-Baghdadi prometeu “devolver aos muçulmanos ‘a dignidade, o poder, os direitos e a liderança’ do passado (...)”. Lembrando-se do conceito de poder de Arendt (1985), o poder exercido pelo EI só seria substancial se tivesse alguma legitimidade junto a população do respectivo território dominado.

No entanto, com o aprofundamento da participação da Rússia e das potências ocidentais nos combates na Síria e no Iraque, em especial por meio dos intensos bombardeios aéreos, o EI foi perdendo a sua base territorial, o que levou o referido grupo terrorista a voltar a ser apenas mais uma entre as muitas agremiações jihadistas.

Desde 2020, a região de Idlib no Noroeste do país ainda conta com um número considerável de jihadistas lutando contra o governo sírio. Essa região constitui no presente momento a mais disputada e, conseqüentemente, onde ainda há fortes confrontos armados, conforme se observa no mapa 6 abaixo (SHATZ, 2019).

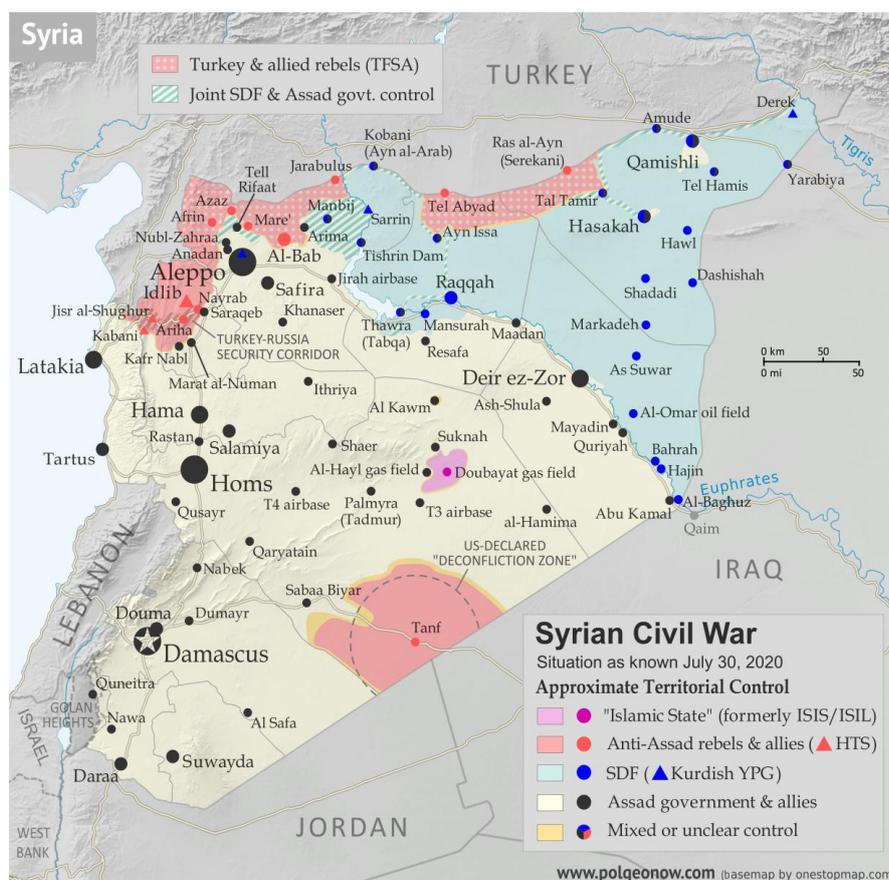
Mapa 6: Situação da fronteira norte da Síria em 2020



Fonte: Humud e Blanchard (2020, p. 13).

Pelo exposto, pode-se inferir que a multiplicação de grupos de oposição e de apoio ao regime de Assad com interesses conflitantes e o envolvimento cada vez mais intenso e direto de atores regionais e globais tornou ainda mais complexa a guerra civil síria. Deduz-se também que o território caminha para uma fragmentação cada vez maior, apesar do regime de Assad ter conseguido se manter no poder, sobretudo pela ação decisiva de seus aliados principais, especialmente a Rússia. Em termos de domínio territorial, a partir dessas questões geopolíticas expostas, têm-se a realidade retratada no mapa 7 abaixo:

Mapa 7 - Situação da Guerra Civil Síria - domínio territorial



Fonte: www.polgeonow.com. Acesso em 15 mar. 2021.

Conclusão

A guerra civil síria ainda demanda muita atenção por parte dos estudiosos da realidade geopolítica contemporânea. A disputa de poder por meio do domínio territorial ficou evidente ao longo do referido conflito. E como lembra Newman (2006), é mais fácil dividir o poder do que o território. Daí a dificuldade na resolução plena da guerra; regiões como o norte e nordeste da Síria, que envolvem diversos atores, mas especialmente os curdos, a Turquia, a Rússia e o próprio governo sírio, nos mostram o quão importante constitui a análise territorial do conflito, confirmando a tese de Anders (2019) de que o controle territorial é uma variável central no estudo das guerras civis.

A hipótese inicial se confirmou. Realmente, o desenrolar do processo de formação do país mostrou a falta de um domínio absoluto do território nacional por parte do Estado sírio, devido a fatores como a falta de uma legitimidade do regime sírio ante uma parte considerável da população e o peso negativo da implantação do modelo vestifaliano de Estado-nação que aconteceu durante a colonização francesa. Tal quadro favoreceu a eclosão



da guerra civil, assim como a perda gradativa de sua legitimidade interna, junto, sobretudo, à maioria sunita; e externa, perante os atores regionais e globais. Como consequência, o regime de Assad se tornou refém geopolítico de seus aliados principais, Irã e Rússia, que foram e são fundamentais para a manutenção do atual governo sírio. Mas isso não impediu que a Síria venha sofrendo a ação de outros atores que têm os seus interesses específicos. Israel procura conter a ação do Irã dentro o território sírio e a Turquia age na fronteira norte para evitar a ação curda sobre o seu próprio território.

No campo teórico, está claro que a Geografia pode, e deve, dar uma contribuição maior ao campo da Geopolítica e das Relações Internacionais ao aprofundar o debate teórico contemporâneo sobre a relação entre poder e território. O estudo da guerra civil síria mostrou isso, pois a ciência geográfica tem como uma de suas categorias principais de análise o território. Neste presente trabalho buscou-se, numa visão de que a geopolítica é uma área interdisciplinar, agregar à sua base teórica as contribuições de pesquisadores de outros campos, haja vista, também, a falta de uma maior participação dos geógrafos no estudo específico do domínio territorial. Reivindica-se, portanto, a necessidade de aumentarmos os nossos esforços na análise do referido tema dentro da ciência geográfica.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história da Geopolítica**. (Coleção perspectivas do mundo contemporâneo). Rio de Janeiro: Cenegri, 2011.

ANDERS, Therese. **Territorial control in civil wars: Theory and measurement using machine learning**. In Journal of Peace Research, Peace Research Institute Oslo (PRIO), Dezembro, 2019.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Boulder: Westview Press, 4ª Ed., 2009.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Evolução geopolítica: cenários e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2011.



FERREIRA, Letícia Figueiredo. **A parceria russo-turca no século XXI: reconfigurações de forças em um sistema internacional em câmbio.** Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil. Rio de Janeiro, Vol. 8, 2019, p. 01-17.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C.. **A guerra civil síria, o Oriente Médio e o sistema internacional.** Marília: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Série Conflitos Internacionais, vol. 1, número 6, 2014.

HINNEBUSCH, Raymond. **From Westphalian Failure to Heterarchic Governance in MENA: The Case of Syria.** In Taylor & Francis Journals, vol. 29(3), p. 391-413, Maio, 2018.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos impérios (1875-1914).** São Paulo: Paz e Guerra, 9ª ed., 1988.

HUMUD, C. E.; BLANCHARD, C. M. **Armed Conflict in Syria: Overview and U.S. Response.** Estados Unidos: Washington-DC - Congressional Research Service, Julho, 2020.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje.** Tradução: Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

LOPES, Dawisson Elvécio Belém; OLIVEIRA, João Paulo Ferraz. **O mundo árabe pós-2010: entre a primavera e o inverno.** Belo Horizonte: Em Debate, v.5, n.2, p.64-75, Abr. 2013.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil.** Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia, 2017.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

MENDES, Carmen Amado; FREIRE, Maria Raquel. **A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento geopolítico sino-russo na Ásia Central.** Centro Português de Geopolítica, Geopolítica: derivações semânticas da geopolítica, Ed. nº 2, junho 2008, p. 207-235.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MESA, Maria Glória Lopez de. **Quem tem direito ao território?** Goiânia: Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 37, n. 1, jan./abr. 2017, p. 74-90.

NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islamista: o estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio** / tradução Milton Chaves de Almeida. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NEWMAN, David. **The resilience of territorial conflict in an era of globalization.** Beer Sheva, Israel : Ben Gurion University, Department of Politics and Government, 2006.



PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska F. **A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 3, nº 1, jan./jun. 2016, p. 189-203.

PINCHEMEL, Philippe. La face de La terre - Éléments de géographie. In: PINCHEMEL, Philippe. **Région set territoires**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1988.

ROCHA, Dyego Freitas; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI**. Revista de Geopolítica, v. 5 (1), 2014.

ROSENBOIM, O. **The Value of Space: Geopolitics, Geography and the American Search for International Theory in the 1950s**. Londres: Universidade de Londres, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed. 2. reimpr., 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 57-88.

SHATZ, Howard J. **The Syrian Civil War Is Coming to an End**. *Newsweek*, April 5, 2019.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STEWART, Megan A. & LIOU, Yu-Ming. **Do Good Borders Make Good Rebels? Territorial Control and Civilian Casualties**. In The Journal of Politics, volume 79, number 1. Published online December 7, 2016.

TOMÁS, Maria João. O conflito da síria: o quadro global. In VIEIRA, Rui; RODRIGUES, Teresa (orgs). **O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares - Centro de Investigação de Segurança e Defesa, setembro de 2014.

TOFT, Monica Duffy. **Territory and war**. Journal of Peace Research, Vol. 51(2), 2014, p. 185–198.

UNITED STATES. **Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration act of 2003**. Washington: US Government Information, Public law 108–175, 12 dec., 2003.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Porto Alegre: Ciências & Letras, n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.